

Superior Tribunal de Justiça

AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.520.166 - SP (2019/0169501-0)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
AGRAVANTE : ARTHUR LUIZ PITTA JUNIOR
ADVOGADA : ANA CAROLINA MOREIRA SANTOS - SP231536
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO. ÓBICE DO REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO, CONFORME SÚMULA N. 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ. ART. 395, III, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – CPP. FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A AÇÃO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. *In casu*, a rejeição da denúncia por ausência de justa causa (art. 395, III, do CPP) foi reformada pelo Tribunal de origem com fundamentação escorada em documentação constante nos autos. Destarte, o pleito de restabelecimento da rejeição da denúncia demandaria o reexame fático-probatório, providência vedada pelo enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

2. Agravo regimental desprovido.

Superior Tribunal de Justiça

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental.

Os Srs. Ministros Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE), Jorge Mussi e Reynaldo Soares da Fonseca votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Ribeiro Dantas.

Brasília, 21 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator